

SA — Direcção de Rede e Clientes Tejo, para o estabelecimento de Linha aérea de MT a 30 kV, (N.º 1201 L3 0097), com 4855 m, com origem no apoio n.º 15 da linha de MT a 30kV para o PT PSR 0220 C — Vale de Alçor da Optimus e término no PT ALT 0092C — Monte da Fonte Branca de Baixo — Euroeste, freguesias de Vale de Açor e Chancelaria e concelhos de Ponte de Sor e Alter do Chão, a que se refere o processo mencionado em epígrafe.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes nesta Direcção Regional da Economia ou nas Secretarias daqueles Municípios, dentro do citado prazo.

Direcção Regional da Economia, 2010-05-10. — *Raul Mateus*, Director de Serviços

303288499

Édito n.º 191/2010**Processo N.º EPU N.º 11410**

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, com redacção dada pela Portaria n.º 344/89, de 13 de Maio, estará patente na Secretaria da Câmara Municipal de Castro Verde e nesta Direcção Regional, sita em Zona Industrial de Almeirim, 18, 7005-639 Évora, com o telefone 266750450, fax 266702420, e-mail dre.alentejo@dreal.min-economia.pt, todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação deste édito no *Diário da República*, o projecto apresentado pela EDP Distribuição-Energia, SA — Direcção de Rede e Clientes Sul, para o estabelecimento de Linha de MT aérea a 15 (30) KV (BJ15-21-03-01-13), com 80,78 metros, com origem no Apoio n.º 4 da Linha de MT aérea a 15 kV (BJ15-21-03-01) para Aivados e término no PTC (propriedade de ART — Assoc. Recup. Toxicodependentes), em Quinta da Horta da Nora (ART), freguesia e concelho de Castro Verde, a que se refere o processo mencionado em epígrafe.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes nesta Direcção Regional da Economia ou na Secretaria daquele Município, dentro do citado prazo.

Direcção Regional da Economia, 2010-05-10. — *Raul Mateus*, Director de Serviços

303288644

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Direcção-Geral de Veterinária**Direcção de Serviços de Administração****Despacho (extracto) n.º 9376/2010**

Por despacho de 07-05-2010 da Directora-Geral de Veterinária, foi nomeada, em regime de substituição, ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, para exercer cargo de direcção intermédia de 2.º grau, da Divisão de Intervenção Veterinária de Alcácer do Sal, a licenciada Maria Luísa Branco Colaço Alegre de Freitas, com efeitos a 3 de Maio do corrente ano.

18 de Maio de 2010. — A Directora de Serviços, *Isabel Cordeiro Ferreira*.

Nota Curricular

Habilitações literárias:

Licenciatura em Medicina Veterinária, pela Escola Superior de Medicina Veterinária de Lisboa, em 1984/10/06.

Percurso Profissional:

Estágio profissional — Estação Nacional de Selecção e Reprodução Animal na Venda Nova (de 26/11/1984 a 03/05/1985).

Entre 07/05/1985 e 20/04/1987, funcionária da Câmara Municipal de Aveiro exercendo funções de Inspectora Sanitária no Matadouro Distrital de Aveiro.

Entre 21/04/1987 e 22/05/1989 Medica Veterinária Municipal de Estarreja exercendo simultaneamente actividade com Inspectora Sanitária em vários matadouros (ruminantes, aves e coelhos), prestando a colaboração inerente às campanhas e programas oficiais em curso — feiras

e leilões pecuários, campanhas de raiva, pestes suínas, febre aftosa e planos de erradicação.

Em 22/05/1989 iniciou funções com Medica Veterinária, em regime de avença, no então NAPPAA da Zona Agrária de Alcácer do Sal -Direcção Regional de Agricultura do Alentejo, com funções inerentes à categoria de Técnico Superior de 2.ª classe da carreira de médico veterinário.

Ingressou no quadro de pessoal da DRAAL, em 09/07/1998, como técnica superior de 2.ª classe.

Em 21/5/2001 foi promovida a técnica superior de 1.ª classe da mesma carreira.

Em 01/01/2008 foi promovida a Técnico Superior Principal da mesma carreira.

Tem exercido a sua actividade profissional em várias áreas técnicas das quais se destacam a coordenação das Secções de Suinicultura, Higiene, Bem-estar Animal, Certificação de Animais e Produtos, Encefalopatias Espongiformes e SNIRB de Alcácer do Sal.

Participou em acções no âmbito dos Planos de Contingência.

Coordenadora do PIF de Sines desde Outubro de 2007.

Assegurou a substituição em regime de substituição, dos responsáveis e Chefes de Divisão, do então Núcleo de Apoio e Protecção à Produção Agro-alimentar e da DIV de Alcácer do Sal.

203307962

Despacho (extracto) n.º 9377/2010

Por despacho de 14-05-2010 da Directora-Geral de Veterinária, foi nomeado, em regime de substituição, ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, para exercer cargo de direcção intermédia de 2.º grau, da Divisão de Controlo Veterinário à Importação e Exportação de Produtos de Origem Animal, o licenciado António Pedro Correia Margarido, com efeitos a 17 de Maio do corrente ano.

19 de Maio de 2010. — A Directora de Serviços, *Isabel Cordeiro Ferreira*.

Nota curricular

Habilitações académicas:

Licenciatura em Medicina Veterinária pela Escola Superior de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa (1988) e pós-graduação em Saúde Pública Veterinária pela Faculdade de Medicina Veterinária, Universidade Técnica de Lisboa (2003);

Actividade profissional:

Desde 01 de Setembro de 1998 exerce funções como técnico da Direcção de Serviços de Higiene Pública Veterinária onde tem desempenhado múltiplas tarefas, em particular no sector dos produtos da pesca, incluindo:

Participação na elaboração dos Planos de Controlo Oficial da DSHPV e de auditoria à execução desses planos;

Tarefas de habilitação dos estabelecimentos para exportação e de definição, coordenação e execução da certificação sanitária oficial;

Preparação e acompanhamento de várias inspecções e auditorias comunitárias e de países terceiros e perito nacional convidado em Missões Comunitárias (DGSANCO/FVO) a países terceiros;

Participação na discussão e elaboração de legislação nacional e comunitária, normativos e manuais de procedimentos;

Representações da Direcção-Geral de Veterinária em sede do Conselho da União Europeia e da Comissão Europeia;

Vasta actividade desenvolvida como formador na área de higiene pública veterinária, de cariz nacional e internacional, nomeadamente em cursos de formação promovidos pela Comissão Europeia no âmbito do programa *Better Training for Safer Food*.

Participação em diversos seminários, congressos e outros eventos relacionados com a higiene pública veterinária, nomeadamente como orador em representação da Direcção-Geral de Veterinária.

203309922

Despacho (extracto) n.º 9378/2010

Por despacho de 14-05-2010 da Directora-Geral de Veterinária, foi nomeada, em regime de substituição, ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, para exercer cargo de direcção intermédia de 2.º grau, da Divisão de Saúde Pública Veterinária, a licenciada Patrícia Mónica Guilherme Tavares Inácio, com efeitos a 17 de Maio do corrente ano.

19 de Maio de 2010. — A Directora de Serviços, *Isabel Cordeiro Ferreira*.

Nota Curricular

Habilitações Literárias:

Licenciatura em Medicina Veterinária (2000) e Mestrado em Saúde Pública Veterinária (2004) pela Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa.

Formação:

“Análise e Gestão de Risco” — FMV; ‘Auditoria aos Sistemas HACCP’ — ESBUC (2002); ‘Controlo Microbiológico de Produtos Alimentares’ — CFPSA (2005); ‘Auditoria aos Sistemas HACCP’ — DG-Sanco (2007); ‘Monitorização e Controlo de Zoonoses e de Critérios Microbiológicos Aplicáveis aos Alimentos’ — DGSanco (2008); ‘Controlo e Erradicação de *Salmonella* em aves e suínos’ — EAHC (2010) e ‘Modelos preditivos para melhorar o controlo de *Listeria monocytogenes* na cadeia alimentar’ — DTU/UTAS (2010).

Actividade profissional:

Exerceu funções de Inspectora Sanitária de Pescado na DGV desde Setembro de 2001 — A partir de 2004 exerceu funções nos serviços centrais na Direcção de Serviços de Higiene Pública Veterinária.

Coordenação a nível nacional da execução dos estudos de base sobre alguns agentes zoonóticos nos alimentos (*Salmonella spp* e *Listeria monocytogenes*).

Representação da DGV nas reuniões da Comissão Europeia em Bruxelas nos grupos de trabalho dos critérios microbiológicos, das zoonoses e do pacote de higiene.

Coordenação a nível nacional da implementação da pesquisa de *Trichinella*.

Participação na discussão e elaboração de legislação nacional e comunitária, normativos e manuais de procedimentos;

Representante portuguesa na *Task Force* da recolha de dados relativos às Zoonoses na EFSA (European Food Safety Authority) desde 2009 e *Reporting officer* para a EFSA das matérias relacionadas com os agentes zoonóticos.

Formadora na DGV nas áreas da rotulagem dos géneros alimentícios de origem animal, dos critérios microbiológicos e dos agentes zoonóticos.

203308553

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P.****Aviso n.º 10996/2010**

Para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro, publicam-se os valores dos índices de custos de mão-de-obra (Quadro I), de materiais (Quadro II) e de equipamentos de apoio (Quadro III), relativos aos meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2009, fixados por despacho de 19 de Abril de 2010 do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações.

QUADRO I

Índices de custos de mão-de-obra (Continente)

Base 100: Janeiro de 2004

Código	Índices — Global	Outubro	Novembro	Dezembro
		2009	2009	2009
	Por fórmula tipo (*):	123,7	123,7	123,7
F01	Edifícios de habitação	124,4	124,4	124,4
F02	Edifícios administrativos	124,4	124,4	124,4
F03	Edifícios escolares	124,5	124,5	124,5
F04	Edifícios para o sector da saúde	124,4	124,4	124,4
F05	Reabilitação ligeira de edifícios	123,9	123,9	123,9
F06	Reabilitação média de edifícios	123,9	123,9	123,9
F07	Reabilitação profunda de edifícios	123,8	123,8	123,8
F08	Campos de jogos com balneários	124,3	124,3	124,3
F09	Arranjos exteriores	124,1	124,1	124,1
F10	Estradas	122,6	122,6	122,6
F11	Túneis	122,1	122,1	122,1
F12	Pontes de betão armado ou pré-esforçado	122,9	122,9	122,9
F13	Viadutos de betão armado ou pré-esforçado	123,1	123,1	123,1
F14	Passagens desniveladas de betão armado ou pré-esforçado	123,0	123,0	123,0
F15	Grandes reparações de estradas	122,7	122,7	122,7
F16	Conservação de estradas	123,3	123,3	123,3
F17	Pavimentação de estradas	122,4	122,4	122,4
F18	Estruturas de betão armado	124,3	124,3	124,3
F19	Estruturas metálicas	122,9	122,9	122,9
F20	Instalações eléctricas	124,4	124,4	124,4
F21	Redes de abastecimento de água e de águas residuais	122,5	122,5	122,5
F22	Barragens de terra	123,9	123,9	123,9
F23	Redes de rega e drenagem	122,6	122,6	122,6
	Por profissão:			
P01	Pedreiro	124,8	124,8	124,8
P02	Armador de ferro	120,5	120,5	120,5
P03	Carpinteiro	122,9	122,9	122,9
P04	Espalhador de betuminosos	119,8	119,8	119,8
P05	Ladrilhador/azulejador	126,9	126,9	126,9
P06	Estucador	126,4	126,4	126,4
P07	Canalizador	119,5	119,5	119,5
P08	Electricista	122,3	122,3	122,3
P09	Pintor	123,8	123,8	123,8
P10	Serralheiro	121,1	121,1	121,1
P11	Motorista	121,9	121,9	121,9
P12	Condutor de máquinas	120,4	120,4	120,4
P13	Servente	126,5	126,5	126,5